

Chamada CNPq/Instituto Carlos Chagas Nº 15/2019

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) tornam pública a presente Chamada e convidam os interessados a apresentarem propostas nos termos aqui estabelecidos.

1 – Objeto

Apoiar atividades de Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (P,DT&I) **nas áreas de Doenças Emergentes e Negligenciadas; Terapia Celular e; Desenvolvimento de Tecnologias Inovadoras para a Saúde**, por meio do Programa de Excelência em Pesquisa – PROEP, mediante a seleção de propostas para concessão de apoio financeiro a projetos de pesquisa desenvolvidos no Instituto Carlos Chagas (ICC) da FIOCRUZ e sob a coordenação de servidores vinculados a Grupos de Pesquisa deste mesmo Instituto.

1.1 - São objetivos desta chamada:

- Promover pesquisas e inovações em saúde nos Laboratórios de Pesquisa do ICC;
- Contribuir substancialmente com o apoio à pesquisa de excelência, realizada pelos pesquisadores do ICC, visando a resolução de problemas do SUS, por meio da geração de novos conhecimentos, desenvolvimento de novas tecnologias, a inovação e a formação de recursos humanos altamente qualificados.

2 – Cronograma

FASES	DATA
Lançamento da Chamada no Diário Oficial da União e na página do CNPq	15/08/19
Prazo para impugnação da Chamada	26/08/19
Data limite para submissão das propostas	30/09/19
Julgamento	28/10/19
Divulgação do Resultado preliminar do julgamento no Diário Oficial da União, por extrato, e na página do CNPq na internet	11/11/19
Prazo para interposição de recurso administrativo do resultado preliminar do julgamento	22/11/19
Divulgação Final das propostas aprovadas no Diário Oficial da União, por extrato, e na página do CNPq na internet	29/11/19

3 – Critérios de Elegibilidade

3.1 – Os critérios de elegibilidade indicados abaixo são obrigatórios e sua ausência resultará no indeferimento da proposta.

3.2 – Quanto ao Proponente:

3.2.1 – O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens abaixo:

- ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta;
- possuir o título de Doutor;

- c. ser obrigatoriamente o coordenador do projeto;
- d. ter vínculo formal com a Fiocruz durante toda a vigência do projeto, nos cargos de pesquisador, tecnologista, ou especialista e exercendo função de pesquisa no Instituto Carlos Chagas - Fiocruz Paraná e/ou com vínculo formal de profissional cedido por convênio;

3.2.2 – Ao apresentar a proposta o proponente assume o compromisso de manter, durante a execução do projeto, todas as condições de qualificação, habilitação e idoneidade necessárias ao perfeito cumprimento do seu objeto, preservando atualizados os seus dados cadastrais juntos aos registros competentes.

3.2.3 – Será admitido somente um projeto por proponente:

3.3 – Quanto à Instituição de Execução do Projeto:

3.3.1 – A instituição de execução do projeto deve ser uma Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT) cadastrada no Diretório de Instituições do CNPq.

- Entende-se por Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT): órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico ou o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos.

3.3.2 – A instituição de execução do projeto é aquela com a qual o proponente deve apresentar vínculo.

3.3.3 – Em consonância ao exposto no item 3.2.1.d, a instituição proponente e de execução do projeto deverá ser, obrigatoriamente, o **Instituto Carlos Chagas (ICC/FIOCRUZ)**.

4 – Recursos Financeiros

4.1 – As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global de R\$ 3.872.000,00 (três milhões oitocentos e setenta e dois mil Reais), oriundos do orçamento da Fiocruz a serem desembolsados em duas parcelas, a depender da transferência orçamentária e financeira ao CNPq.

4.1.1 – Quando o cronograma de desembolso ocorrer em mais de um exercício financeiro, o repasse de cada ano ficará condicionado à disponibilidade orçamentária e financeira do CNPq e da Fiocruz.

4.2 – Identificada a conveniência e a oportunidade e havendo disponibilidade de recursos adicionais para esta Chamada, em qualquer fase, o CNPq e a Fiocruz poderão decidir por suplementar os projetos contratados e/ou aprovar novos projetos.

4.3 – Os projetos terão o valor máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

5 – Itens Financiáveis

5.1 – Os recursos da presente chamada serão destinados ao financiamento de itens de custeio, e/ou bolsa, compreendendo:

5.2 – Custeio:

- a. material de consumo;
- b. serviços de terceiros – pagamento integral ou parcial de contratos para pessoa física ou jurídica, de caráter eventual – inclusive pagamento de taxa de inscrição para congressos nacionais e internacionais e custos com publicações de artigos científicos nacionais e internacionais;

- c. despesas acessórias de importação; e
- d. passagens e diárias, de acordo com as Tabelas de Valores de Diárias para Auxílios Individuais

5.2.1 – Qualquer pagamento à pessoa física deve ser realizado de acordo com a legislação em vigor, de forma a não estabelecer vínculo empregatício.

5.2.2 – A mão-de-obra empregada na execução do projeto não terá vínculo de qualquer natureza com o CNPq e deste não poderá demandar quaisquer pagamentos, permanecendo na exclusiva responsabilidade do Coordenador/Instituição de execução do projeto.

5.3 – Bolsas

5.3.1 – Poderão ser concedidas bolsas de Fomento Tecnológico e Extensão Inovadora de longa duração das modalidades abaixo, regidas pela RN-015/2010, estando cada proposta limitada a solicitar no máximo 50% do seu valor total para Bolsas (Desenvolvimento Tecnológico e Industrial (DTI); Iniciação Tecnológica e Industrial (ITI); Especialista visitante (EV); Extensão no País (EXP); Apoio Técnico em Extensão no País (ATP); Resolução Normativa do CNPq nº 015/2010: http://www.cnpq.br/web/guest/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/25314; e Tabela Valor das Bolsas: http://www.cnpq.br/web/guest/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/25305).

5.3.2 – A implementação das bolsas deverá ser realizada dentro dos prazos e critérios estipulados para cada uma dessas modalidades, que estão indicadas no sítio eletrônico do CNPq.

5.3.3 – A duração das bolsas não poderá ultrapassar o prazo de execução do projeto.

5.3.4 – As bolsas não poderão ser utilizadas para pagamento de prestação de serviços, uma vez que tal utilização estaria em desacordo com a finalidade das bolsas do CNPq.

5.3.5 – Caberá ao coordenador fazer as indicações dos bolsistas tão logo seja assinado o Termo de Outorga.

5.3.6 - É possível a transformação de bolsas levando em consideração as características do projeto e modalidades previstas nesta chamada.

5.3.7 - A transformação de bolsas será analisada pelo CNPq com base nos seguintes critérios:

- a. O objeto da ação, do projeto ou pesquisa não poderão ser alterados;
- b. Justificativa apresentada por meio do Formulário de Indicação de Bolsista na Plataforma Integrada Carlos Chagas;
- c. Manutenção do valor total aprovado para bolsas no projeto; e
- d. Limitação à vigência final do projeto.

5.4 – São vedadas despesas com:

- a. certificados, ornamentação, coquetel, alimentação, *shows* ou manifestações artísticas de qualquer natureza;
- b. despesas de rotina, como contas de luz, água e telefone, entendidas como despesas de contrapartida obrigatória da instituição de execução do projeto;
- c. despesas de correios e reprografia, salvo se relacionadas diretamente com a execução do projeto de pesquisa;
- d. pagamento de taxas de administração, de gerência, a qualquer título;
- e. obras civis (*ressalvadas as obras com instalações e adaptações necessárias ao adequado funcionamento de equipamentos, as quais deverão ser justificadas no orçamento detalhado da proposta*), entendidas como de contrapartida obrigatória da instituição de execução do projeto;

- f. aquisição de veículos automotores, locação de veículos automotores e despesas com combustíveis de qualquer natureza;
- g. pagamento de salários ou complementação salarial de pessoal técnico e administrativo ou quaisquer outras vantagens para pessoal de instituições públicas (federal, estadual e municipal);
- h. pagamento de serviços de terceiros a agente público da ativa por serviços prestados, à conta de quaisquer fontes de recursos;
- i. pagamento, a qualquer título, a empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados;
- j. Pagamento de bolsa aos coordenadores dos projetos aprovados.

5.4.1 – As demais despesas serão de responsabilidade do proponente e da instituição de execução do projeto, respondendo cada um pelos atos praticados.

5.5 – Para contratação ou aquisição de bens e serviços deverão ser observadas as normas do CNPq de **PRESTAÇÃO DE CONTAS**.

5.6 – O CNPq não responde pela suplementação de recursos para fazer frente a despesas decorrentes de quaisquer fatores externos ao seu controle, como flutuação cambial.

6 – Submissão da Proposta

6.1 – As propostas deverão ser encaminhadas ao CNPq exclusivamente via Internet, utilizando-se o Formulário de Propostas *online*, disponível na Plataforma Carlos Chagas.

6.2 – O horário limite para submissão das propostas ao CNPq será até às 23h59 (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos), horário de Brasília, da data descrita no **CRONOGRAMA**, não sendo aceitas propostas submetidas após este horário.

6.2.1 – Recomenda-se o envio das propostas com antecedência, uma vez que o CNPq não se responsabilizará por aquelas não recebidas em decorrência de eventuais problemas técnicos e de congestionamentos.

6.2.2 – Caso a proposta seja enviada fora do prazo de submissão, ela não será aceita pelo sistema eletrônico, razão pela qual não haverá possibilidade da proposta ser acolhida, analisada e julgada.

6.3 – Esclarecimentos e informações adicionais acerca desta Chamada podem ser obtidos pelo endereço eletrônico atendimento@cnpq.br ou pelo telefone (61) 3211-4000.

6.3.1 – O atendimento encerra-se impreterivelmente às 18h30 (horário de Brasília), em dias úteis, e esse fato não será aceito como justificativa para envio posterior à data limite.

6.3.2 – É de responsabilidade do proponente entrar em contato com o CNPq em tempo hábil para obter informações ou esclarecimentos.

6.4 – Todas as instituições de pesquisa envolvidas com o projeto, sejam nacionais ou internacionais, deverão estar cadastradas previamente no Diretório de Instituições do CNPq.

6.5 – O formulário deverá ser preenchido com as seguintes informações:

- a. Identificação da proposta;
- b. Dados do proponente;
- c. Instituições participantes;
- d. Área do conhecimento predominante e áreas do conhecimento correlatas;
- e. Orçamento detalhado;

- f. Dados gerais do projeto em português, incluindo título, palavras-chave, resumo e objetivo geral;
- g. Relevância e impacto do projeto para o desenvolvimento científico, tecnológico ou de inovação;
- h. Informações dos membros da equipe;
- i. Etapas de execução da proposta com respectivo cronograma de atividades;
- j. Produtos esperados como resultado do projeto de pesquisa;
- k. Disponibilidade efetiva de infraestrutura e de apoio técnico para o desenvolvimento do projeto.

6.5.1 – Todos os itens do formulário devem ser necessariamente preenchidos, devido a possibilidade de indeferimento da proposta.

6.5.2 – É obrigatório que os membros da equipe tenham seus currículos cadastrados na Plataforma Lattes. Essa exigência não se aplica a pesquisadores estrangeiros residentes fora do Brasil.

6.5.3 – A equipe técnica poderá ser constituída por pesquisadores, alunos e técnicos. Outros profissionais poderão integrar a equipe na qualidade de colaboradores.

6.5.4 – Somente deverão ser indicados como instituições participantes do projeto e como membro da equipe aqueles que tenham prestado anuências formais escritas, as quais devem ser mantidas sob a guarda do Coordenador do projeto.

6.6 – Além do preenchimento do Formulário de Propostas *online*, previsto no item 6.5, as propostas deverão incluir como anexos o Projeto de Pesquisa e o respectivo Plano de Trabalho. O primeiro arquivo deve conter obrigatoriamente as informações abaixo listadas, e o segundo arquivo deve conter o cronograma de execução do projeto.

- a. identificação da proposta;
- b. qualificação do principal problema a ser abordado;
- c. objetivos e metas a serem alcançados;
- d. metodologia a ser empregada;
- e. principais contribuições científicas ou tecnológicas da proposta;
- f. justificativa da necessidade da bolsa solicitada;
- g. cronograma físico-financeiro das atividades;
- h. identificação de todos os participantes do projeto e parcerias estabelecidas;
- i. orçamento detalhado, com a devida justificativa para cada item solicitado e totalização individualizada das seguintes rubricas: (i) passagens; (ii) diárias; (iii) despesas acessórias decorrentes da importação de material de consumo; (iv) pagamento de bolsas de acordo com as categorias do CNPq, (v) outros itens de custeio (material de consumo, serviços de terceiros – pessoa física, pessoa jurídica, licenças de software);
- j. declaração de anuência da Diretoria do Instituto Carlos Chagas acerca do desenvolvimento do projeto de pesquisa proposto.**

6.6.1 – O arquivo deve ser gerado em formato *pdf* e anexado ao Formulário de Propostas *online*, limitando-se a 1Mb (um megabyte) com fonte arial 12, espaçamento 1,5, com no máximo 20 páginas.

6.6.1.1 – As propostas fora da formatação especificada no item **6.6.1** serão **indeferidas** no processo de avaliação.

6.6.2 – Caso seja necessário utilizar figuras, gráficos, fotos e/ou outros, para esclarecer a argumentação da proposta, estes não devem comprometer a capacidade do arquivo, pois as propostas que excederem o limite de 1Mb não serão recebidas pelo guichê eletrônico do CNPq.

6.7 – Após o envio, será gerado um recibo eletrônico de protocolo da proposta submetida, o qual servirá como comprovante da transmissão.

6.8 – Será aceita uma única proposta por proponente.

6.9 – Na hipótese de envio de uma segunda proposta pelo mesmo proponente, respeitando-se o prazo limite estipulado para submissão das propostas, esta será considerada substituta da anterior, sendo levada em conta para análise apenas a última proposta recebida.

6.10 – Constatado o envio de propostas idênticas por proponentes diferentes será instaurado um procedimento apuratório e, ao final, ambas as propostas poderão ser indeferidas.

6.11 - As propostas a serem submetidas no âmbito desta chamada devem se ater às áreas de Doenças Emergentes e Negligenciadas, Terapia Celular e Desenvolvimento de Tecnologias Inovadoras para a Saúde.

7 – Julgamento

7.1 – Critérios do Julgamento

7.1.1 – Os critérios para classificação das propostas quanto ao mérito técnico-científico e sua adequação orçamentária são:

CRITÉRIOS DE ANÁLISE E JULGAMENTO		PESO	NOTA
A	Excelência da proposta quanto aos aspectos científicos, tecnológicos e de inovação, dos pontos de vista da qualidade e originalidade do projeto, do avanço esperado em relação ao estado da arte e da efetividade da metodologia proposta.	4	0 a 10
B	Experiência prévia do Coordenador na área do projeto de pesquisa, considerando sua produção científica ou tecnológica relevante.	2	0 a 10
C	Coerência e adequação entre a capacitação e a experiência da equipe do projeto aos objetivos, atividades e metas propostos	1	0 a 10
D	Adequação do orçamento aos objetivos, atividades e metas propostas	1	0 a 10
E	Adequação do cronograma de entrega dos produtos esperados como resultado do projeto	1	0 a 10
F	Contribuição da proposta para o uso do conhecimento e sua aplicação para a população em geral e seu potencial de impacto dos resultados do ponto de vista técnico-científico, de inovação, difusão, sócio-econômico.	1	0 a 10

7.1.2 – Para estipulação das notas poderão ser utilizadas até duas casas decimais.

7.1.3 – A pontuação final de cada proposta será aferida pela média ponderada das notas atribuídas para cada item.

7.1.4 – Em caso de empate, o Comitê Julgador deverá analisar as propostas empatadas e definir a sua ordem de classificação, apresentando de forma motivada as razões e fundamentos.

- a. Em caso de empate, o Comitê de Julgamento considerará, para desempate, a maior nota no critério de julgamento estabelecido na alínea "A" do item 7.1.1 e, em permanecendo o empate, a maior nota estabelecida na alínea "B" do mesmo item.

7.2 – Etapas do Julgamento

7.2.1 – Etapa I – Análise pela Área Técnico-científica do CNPq

- a. Esta etapa, a ser realizada pela Área Técnico-Científica do CNPq, consiste na análise das propostas apresentadas quanto ao atendimento aos critérios de elegibilidade estabelecidos nos itens 3.2 e 3.3 desta Chamada, a presença de itens não financiáveis conforme estabelecido no item 5.4, o limite de bolsa a ser solicitado em cada proposta conforme item 5.3.1, além da estrutura do projeto de pesquisa definido no item 6.6.

7.2.2 – Etapa II - Análise pelos Consultores *ad hoc*

- a. Esta etapa consistirá na análise quanto ao mérito e relevância das propostas a ser realizada por especialistas indicados pelo CNPq.
- b. Os Consultores *ad hoc* deverão se manifestar sobre os tópicos contidos no "Formulário de Parecer *ad hoc*", que contemplará o disposto nos itens 6.5, 6.6 e 7.1 desta Chamada.

7.2.3 – Etapa III – Classificação pelo Comitê Julgador

- a. A composição e as atribuições do Comitê Julgador seguirão as disposições contidas em normas específicas do CNPq que tratam da matéria.
- b. As propostas serão analisadas e classificadas pelo Comitê de Mérito Técnico-Científico, seguindo os critérios de julgamento dispostos nesta Chamada.
- c. A pontuação final de cada projeto será aferida conforme estabelecido no item 7.1.1.
- d. Todas as propostas avaliadas serão objeto de parecer de mérito consubstanciado, contendo a fundamentação que justifica a pontuação atribuída.
- e. Após a análise de mérito e relevância de cada proposta, o Comitê deverá recomendar:
 - aprovação; ou
 - não aprovação.
- f. O parecer do Comitê Julgador será registrado em Planilha de Julgamento, contendo a relação das propostas recomendadas e não recomendadas, com as respectivas pontuações finais, assim como outras informações e recomendações pertinentes.
- g. Para cada proposta recomendada, o Comitê Julgador deverá sugerir o valor a ser financiado pelo CNPq.
- h. A Área Técnico-científica do CNPq acompanhará as atividades de classificação das propostas pelo Comitê de Mérito Técnico-Científico e, na identificação de falhas, ausências, inconsistências e/ou equívocos, deverá tomar as providências necessárias para sanar os problemas, podendo recomendar a elaboração de novo parecer, a complementação do parecer anterior e a retificação da Planilha de Julgamento
- i. A Planilha de Julgamento será assinada pelos membros do Comitê.
- j. A Área Técnico-científica deverá analisar os pareceres elaborados pelo Comitê Julgador e a Planilha de Julgamento, apresentando os subsídios para etapa de Decisão pelo Presidente do CNPq.

7.2.4 – Etapa IV – Decisão do julgamento pelo Presidente do CNPq

- a. O Presidente do CNPq emitirá decisão do julgamento com fundamento na Nota Técnica elaborada pela área técnico-científica responsável, acompanhada dos documentos que compõem o processo de julgamento.
- b. Na decisão do Presidente do CNPq constarão as propostas indeferidas, as não aprovadas e as aprovadas, com os respectivos valores de financiamento, dentro dos limites orçamentários desta Chamada.

8 – Resultado Preliminar do Julgamento

8.1 – A relação de todas as propostas julgadas, aprovadas, não aprovadas e indeferidas será divulgada nas páginas eletrônicas do CNPq, disponível na Internet no endereço www.cnpq.br, e do ICC no endereço www.icc.fiocruz.br e publicada, por extrato, no **Diário Oficial da União conforme CRONOGRAMA**.

8.2 – Todos os proponentes da presente Chamada terão acesso ao parecer sobre sua proposta, preservada a identificação dos pareceristas.

9 – Recursos Administrativos

9.1 – Recurso Administrativo do Resultado Preliminar do Julgamento

9.1.1 – Caso o proponente tenha justificativa para contestar o resultado preliminar do julgamento, poderá apresentar recurso em formulário eletrônico específico, disponível na Plataforma Carlos Chagas (<http://carloschagas.cnpq.br>), no prazo de 10 (dez) dias corridos a partir da publicação do resultado na página do CNPq e da disponibilização dos pareceres na Plataforma Carlos Chagas, conforme **NORMAS RECURSAIS** deste Conselho.

10 – Resultado Final do Julgamento pela Diretoria Executiva do CNPq (DEX)

10.1 – A DEX emitirá decisão do julgamento com fundamento na Nota Técnica elaborada pela área técnico-científica responsável, acompanhada dos documentos que compõem o processo de julgamento.

10.2 – O resultado final do julgamento pela DEX será divulgado nas páginas eletrônicas do CNPq, disponível na Internet no endereço www.cnpq.br e do ICC no endereço www.icc.fiocruz.br e publicado, por extrato, no **Diário Oficial da União, conforme CRONOGRAMA**

11 – Execução das Propostas Aprovadas

11.1 – As propostas aprovadas serão apoiadas na modalidade de Auxílio Individual, em nome do proponente, mediante assinatura de **TERMO DE OUTORGA**.

11.2 – A assinatura do **TERMO DE OUTORGA** ficará subordinada à existência prévia de **Acordo de Cooperação Técnica**, celebrado entre a instituição de execução do projeto e o CNPq, conforme disposto nas normas deste Conselho.

11.3 – As propostas a serem apoiadas pela presente Chamada deverão ter seu prazo máximo de execução estabelecido em **24 (vinte e quatro)** meses.

11.3.1 – Excepcionalmente, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado pelo CNPq, mediante pedido fundamentado do proponente, que justifique a prorrogação pleiteada.

- a. A prorrogação da vigência do projeto deverá observar necessariamente a vigência do instrumento de cooperação (TED nº163/2018).

11.4 – O proponente assume o compromisso de manter, durante a execução do projeto, todas as condições, apresentadas na submissão da proposta, de qualificação, habilitação e idoneidade necessárias ao perfeito cumprimento do seu objeto, preservando atualizados os seus dados cadastrais nos registros competentes.

11.5 – A existência de qualquer inadimplência, por parte do proponente, com o CNPq, com a Administração Pública Federal, direta ou indireta, ou o registro do proponente como inadimplente em quaisquer cadastros mantidos por órgãos da Administração Pública Federal, constituirá fator impeditivo para a contratação do projeto, devendo o projeto ser cancelado posteriormente caso verificado que o proponente deixou de declarar sua inadimplência.

11.6 – As informações geradas com a implementação das propostas selecionadas e disponibilizadas na base de dados do CNPq serão consideradas de acesso público, observadas as disposições abaixo:

11.6.1 – Os projetos submetidos a esta Chamada, bem como quaisquer relatórios técnicos apresentados pelos pesquisadores e/ou bolsistas para o CNPq, que contenham informações sobre os projetos em andamento, terão acesso restrito até o ato decisório referente à aprovação final

pelo CNPq. (Lei 12.527/2011 de 18 de novembro de 2011, art 7º, §3º, e Decreto 7.724/2012 de 16 de maio de 2012, art 20).

11.6.2 – Aqueles pesquisadores cujos projetos submetidos ao CNPq, aprovados ou não, e/ou seus relatórios técnicos apresentados que possam gerar, no todo ou em parte, resultado potencialmente objeto de Patente de Invenção, Modelo de Utilidade, Desenho Industrial, Programa de Computador ou qualquer outra forma de registro de Propriedade Intelectual e semelhantes deverão manifestar explicitamente o interesse na restrição de acesso na ocasião da submissão do projeto e/ou do envio do relatório técnico.

11.6.2.1 – As obrigações de sigilo e restrição de acesso público previstas na cláusula anterior subsistirão pelo prazo de 5 (cinco) anos a partir da solicitação da restrição.

11.6.2.2 – Em que pese a possibilidade de restrição de acesso, esta não reduz, contudo, a responsabilidade que os pesquisadores, suas equipes e instituições têm, como membros da comunidade de pesquisa, de manter, sempre que possível, os resultados da pesquisa, dados e coleções à disposição de outros pesquisadores para fins acadêmicos.

11.6.3 – As partes deverão assegurar que cada um de seus empregados, funcionários, agentes públicos e subcontratadas, que tenham acesso às informações de acesso restrito, tenham concordado em cumprir as obrigações de restrição de acesso à informação.

11.6.4 – O CNPq disponibilizará, a seu critério, as informações primárias de todos os projetos, tais como: título, resumo, objeto, proponente(s), instituições executoras e recursos aplicados pelo órgão, exceto nos casos citados no item 11.6.2.

11.7 – A concessão do apoio financeiro poderá ser cancelada pela Diretoria Executiva do CNPq, por ocorrência, durante sua implementação, de fato cuja gravidade justifique o cancelamento, sem prejuízo de outras providências cabíveis em decisão devidamente fundamentada.

11.8 – É de exclusiva responsabilidade de cada proponente adotar todas as providências que envolvam permissões e autorizações especiais, de caráter ético ou legal, necessárias à execução do projeto.

12 – Do Monitoramento e da Avaliação

12.1 – Durante a execução, o projeto será acompanhado e avaliado, em todas as suas fases, de acordo com o estabelecido no **TERMO DE OUTORGA**.

12.1.1 – Qualquer alteração relativa à execução do projeto deverá ser solicitada ao CNPq pelo proponente/coordenador, acompanhada da devida justificativa, devendo tal alteração ser autorizada antes de sua efetivação e observadas as Resoluções Normativas do CNPq que tratam do tema.

12.2 – Durante a execução do projeto o CNPq poderá, a qualquer tempo e quantas vezes quiser, promover visitas técnicas ou solicitar informações adicionais visando ao monitoramento e à avaliação do projeto.

12.2.1 – Caso seja detectado que o projeto não esteja sendo executado conforme o previsto, o CNPq deverá determinar diligências para o devido cumprimento e, caso não atendidas, promover o encerramento do projeto.

12.3 – As ações de monitoramento e avaliação terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular dos projetos. Um seminário de acompanhamento será organizado pelo Instituto Carlos Chagas no decorrer da execução das pesquisas.

12.4 – Durante a fase de execução do projeto, toda e qualquer comunicação com o CNPq deverá ser feita por meio da Central de Atendimento: atendimento@cnpq.br.

13 – Avaliação Final/Prestação de Contas

13.1 – O proponente/coordenador do projeto deverá encaminhar a prestação de contas em Formulário *online* específico, no prazo de até 60 (sessenta) dias após o término da vigência do projeto, em conformidade com o **TERMO DE OUTORGA** e demais normas do CNPq, sob pena de ressarcimento dos valores despendidos pelo CNPq e demais penalidades previstas na legislação de regência.

13.1.1 – Todos os campos do formulário *online* de prestação de contas deverão ser devidamente preenchidos.

13.1.2 – A prestação de contas financeira deverá ser apresentada juntamente com todos os comprovantes de despesas, em conformidade com as normas de **PRESTAÇÃO DE CONTAS** disponíveis no endereço eletrônico <http://www.cnpq.br/web/guest/prestacao-de-contas1>.

13.1.3 – Caso seja necessário ou exigido na Chamada, deverá ser anexado um arquivo contendo informações complementares ao relatório técnico.

13.1.2 – Deverá ser anexado ao formulário *online* um arquivo contendo:

a) Relatório que contemple: (i) a descrição das atividades desenvolvidas para o cumprimento dos objetivos e metas do projeto; (ii) a demonstração e o comparativo específico das metas com os resultados alcançados; e (iii) o comparativo das metas cumpridas e das metas previstas devidamente justificadas em caso de discrepância, referentes ao período a que se refere a prestação de contas;

b) Informações sobre os produtos desenvolvidos como resultado do projeto, com descrição de sua aplicabilidade em outras atividades após o fim do projeto;

c) Declaração de que utilizou os recursos exclusivamente para a execução do projeto, acompanhada de comprovante da devolução dos recursos não utilizados, se for o caso;

d) Relação de bens adquiridos, desenvolvidos ou produzidos, quando houver;

e) Avaliação de resultados; e

f) Demonstrativo consolidado das transposições, dos remanejamentos ou das transferências de recursos efetuados, quando houver.

14 – Impugnação da Chamada

14.1 – Decairá do direito de impugnar os termos desta Chamada o cidadão que não o fizer até o prazo disposto no **CRONOGRAMA**.

14.1.1 – Caso não seja impugnada dentro do prazo, o proponente não poderá mais contrariar as cláusulas desta Chamada, concordando com todos os seus termos.

14.2 – A impugnação deverá ser dirigida à Presidência do CNPq, por correspondência eletrônica, para o endereço: presidencia@cnpq.br, seguindo as normas do processo administrativo federal.

15 – Publicações

15.1 – As publicações científicas e qualquer outro meio de divulgação ou promoção de eventos ou de projetos de pesquisa apoiados pela presente Chamada deverão citar, obrigatoriamente, o apoio do CNPq e da Fiocruz.

15.1.1 – Nas publicações científicas o CNPq deverá ser citado exclusivamente como “Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq” ou como “*National Council for Scientific and Technological Development – CNPq*”.

15.1.2 - Nas publicações científicas a Fiocruz deverá ser citada exclusivamente como “Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz” ou como “*Oswaldo Cruz Foundation - Fiocruz*”

15.2 – As ações publicitárias atinentes a projetos realizados com recursos desta Chamada deverão observar rigorosamente as disposições que regulam a matéria.

15.3 – A publicação dos artigos científicos resultantes dos projetos apoiados deverá ser realizada, preferencialmente, em revistas de acesso aberto.

15.4 – Caso os resultados do projeto ou o relatório em si venham a ter valor comercial ou possam levar ao desenvolvimento de um produto ou método envolvendo o estabelecimento de uma patente, a troca de informações e a reserva dos direitos, em cada caso, dar-se-ão de acordo com o estabelecido na Lei de Inovação (Lei nº 10.973 de 02 de dezembro de 2004), regulamentada pelo Decreto 5.563, de 11 de outubro de 2005, na Lei de Propriedade Industrial (Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996) e pelas normas internas do CNPq que regulam a matéria.

16 – Disposições Gerais

16.1 – A presente Chamada regula-se pelos preceitos de direito público, com destaque para os artigos 37, 218, 219, 219-A e 219-B, todos da Constituição Federal, pelas disposições das Leis nº 10.973/04 (Lei da Inovação) e 13.243/16, pelos princípios gerais da Lei nº 8.666/93 e, em especial, pelas normas internas do CNPq.

16.2 – A Coordenação responsável pelo acompanhamento da presente Chamada é a Coordenação do Programa de Pesquisa em Saúde – COSAU/CGSAU/DABS (cosau@cnpq.br).

16.3 – A qualquer tempo, a presente Chamada poderá ser revogada ou anulada, no todo ou em parte, seja por decisão unilateral da Diretoria Executiva do CNPq, seja por motivo de interesse público ou exigência legal, em decisão fundamentada, sem que isso implique direito à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

16.4 – A Diretoria Executiva do CNPq reserva-se o direito de resolver os casos omissos e as situações não previstas na presente Chamada.

Brasília, ____ de _____ de 2019.